

“O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste país. A vacinação e revacinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os pontos [...] o atentado planejado alveja o que de mais sagrado contém o patrimônio de cada cidadão: pretende se esmagar a liberdade individual sob a força bruta [...]” (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 out. 1904).

O trecho em epígrafe alude à “revolta da vacina”, ocorrida em 1904 no Rio de Janeiro, destacada habitualmente como um dos marcos históricos na trajetória das políticas públicas brasileiras de saúde.

À época, inúmeras pessoas negaram-se submeter à imunização, por desconhecerem os benefícios decorrentes da campanha. Sendo assim, as primeiras campanhas foram achincalhadas, sob protestos da população, sendo necessário, mesmo, o uso da força policial.

Episódios como esses destacam a relevância da autoconscientização dos indivíduos frente às novas descobertas da medicina. Se, no início do Século XX, os criadores das políticas de saúde tivessem como referencial [princípios éticos](#) hoje decantados, conflitos dessa natureza teriam sido evitados.